

ACTA N.º 22/2010

-- Aos vinte e cinco dias do mês de Março do ano de dois mil e dez reuniram-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, em Mafra, os representantes das entidades que, nos termos dos números um e dois do artigo quinto, do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, datado de quinze de Janeiro, na nova redacção dada pela Lei número quarenta e um de dois mil e três, de vinte e dois de Agosto, constituem o Conselho Municipal de Educação de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Período de antes da ordem do dia; 2) Votação da acta número vinte e um; 3) Apresentação do Plano de Intervenção da Câmara Municipal, no âmbito da Educação; 4) Parecer sobre a Acção Social Escolar (dois mil e dez/ dois mil e onze); 5) Programa Municipal de Educação para Valores – “LED on Values”; 6) Diagnóstico das Dependências: Concelho de Mafra. -----

-- Estiveram presentes: o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Gil Ricardo Sardinha Rodrigues, em representação do Presidente; a Doutora Isabel Zagalo, em representação da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo; o Senhor José Quintã, representante das Juntas de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal; a Doutora Margarida Branco, em representação do pessoal docente do ensino secundário público; o Doutor Jorge Barreiros, em representação do pessoal docente do ensino básico público; a Educadora Belmira Oliveira, em representação do pessoal docente da educação pré-escolar pública; o Doutor Rui Rocha e a Senhora Dona Cesaltina Oliveira, em representação das Associações de Pais e Encarregados de Educação; o Senhor Ricardo Batista, em representação das Associações de Estudantes; a Doutora Idalina Botelho, em representação das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvem actividade na área da Educação; a Doutora Filomena Simão, em representação dos Serviços Públicos de Saúde; a Doutora Susana Viana, em representação dos Serviços da Segurança Social; e o Cabo Loureiro, em representação das Forças de Segurança. Faltaram: o Doutor Joaquim Sardinha, Presidente da Assembleia Municipal; o Doutor Agostinho Ribeiro, em representação dos Estabelecimentos de Educação e Ensino Básico e Secundário Privados; e a Doutora Maria José Franco Bento, em representação dos Serviços de Emprego e Formação Profissional. Assistiu à reunião a Directora do Departamento Sociocultural da Câmara Municipal de Mafra, Doutora Paula Cordas. -----

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu início à reunião quando passavam quarenta minutos das nove horas, propondo a discussão, de imediato, dos pontos números cinco e seis da ordem do dia. Nada havendo a opor, deu a palavra à Doutora Paula Cordas. -----

-- A Doutora Paula Cordas informou que o “LED on Values”, primeiro programa europeu de Literacia Social, é uma organização do Instituto Luso-Ilírio para o Desenvolvimento Humano (iLIDH), em parceria com a Câmara Municipal de Mafra, tendo sido previamente apresentado num seminário realizado no dia vinte e dois de Janeiro, na Sala de Diana do Palácio Nacional de Mafra. Em seguida, deu palavra ao Doutor Lourenço Xavier de Carvalho, Presidente do iLIDH. ----

-- Através de uma apresentação exibida em videoprojector, cuja cópia foi distribuída a todos os membros, o Doutor Lourenço Xavier de Carvalho abordou os seguintes aspectos relacionados com o projecto “LED on Values”: enquadramento e relevância; contexto de acção; “genética” e

posicionamento; objectivos; descrição de actividades; recursos pedagógicos; LED e parcerias. Sobre a actividade realizada no Concelho de Mafra, informou que foram realizados vários exercícios de simulação junto dos alunos dos estabelecimentos de ensino, pretendendo-se agora iniciar a formação teórica e prática dos professores, bem como o diálogo com as famílias. -----

-- O Senhor José Quintã perguntou como se articula este programa com o Ministério da Educação. ----

-- Em resposta, o Doutor Lourenço Xavier de Carvalho esclareceu que o Ministério da Educação tem sido parceiro formal de projectos de investigação e desenvolvimento que estiveram na origem deste programa. Este envolvimento tem sido crescente, tendo o Ministério demonstrado interesse em generalizar a implementação do mesmo a todo o país. -----

-- De novo no uso da palavra, o Senhor José Quintã considerou ser fundamental a participação do Ministério da Educação neste processo, sob pena da sua eficácia ser colocada em causa. -----

-- O Doutor Lourenço Xavier de Carvalho acrescentou que tem expectativas fundadas quanto à colaboração do Ministério da Educação, patente no acompanhamento e aferição do programa. Explicou, ainda, que o mesmo foi articulado com a política educativa do Governo, quer do ponto de vista curricular, quer do ponto de vista transcurricular. -----

-- Interveio a Senhora Dona Cesaltina Oliveira para perguntar a que nível de ensino é destinado o programa "LED on Values". -----

-- O Doutor Lourenço Xavier de Carvalho explicou que o módulo "Valores em acção", actualmente em curso, é dirigido aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico. Informou, ainda, que estão em desenvolvimento outros módulos para os níveis de ensino seguintes, sendo que, inicialmente, foram privilegiados os alunos mais novos. -----

-- No uso da palavra, o Doutor Rui Rocha referiu que esta é a terceira vez que assiste à apresentação do programa "LED on Values" e que, de cada uma dessas vezes, tem compreendido melhor quais os seus objectivos. Verificou, no entanto, a ausência de uma abordagem psicológica no trabalho desenvolvido pela equipa do LED, o que entende ser crucial na óptica da educação para valores. Em termos globais, concluiu que o projecto é extremamente abrangente e quase idílico, pelo que faz votos que, apesar destas contingências, este possa ser eficaz. Explicou que os possíveis anticorpos ao seu funcionamento não advêm apenas dos alunos e encarregados de educação. Questionou, em particular, se as escolas estão preparadas para receber um programa deste tipo, na medida em que, durante muitas décadas, se fecharam à comunidade, pelo que sugeriu que fossem identificados os principais focos de resistência e as possíveis soluções. -----

-- Em resposta, o Doutor Lourenço Xavier de Carvalho explicou que a equipa do "LED on Values" também integra psicólogos, mas que foi privilegiada a abordagem sociológica. Esclareceu, ainda, que o ILIDH tem noção das dificuldades inerentes à implementação do programa, porém sublinhou que este resulta de um trabalho de estudo com mais de doze anos. Por fim, informou que, pela experiência já realizada no terreno, há uma abertura superior à esperada. -----

-- A Doutora Paula Cordas acrescentou que foram realizadas reuniões de trabalho com os docentes e que estes se revelaram ávidos na obtenção de informação sobre novas metodologias de ensino. Considerou que eventuais resistências serão facilmente dirimidas pela experiência no terreno. -----

-- Interveio, novamente, o Doutor Rui Rocha fazendo votos que assim seja, mas que receia possíveis choques de metodologias. -----

-- A Doutora Paula Cordas referiu que o programa é muito específico e que, como tal, não existem zonas de choque com o conteúdo curricular. Por último, informou que se pretende concluir a formação dirigida aos professores ainda durante este ano lectivo, a fim de que seja possível assegurar o arranque do programa em Setembro de dois mil e dez. -----

-- Não se verificando mais intervenções, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal introduziu o ponto número seis da ordem do dia, denominado "Diagnóstico das Dependências: Concelho de Mafra". Em seguida, deu a palavra à Doutora Paula Cordas. -----

-- A Doutora Paula Cordas explicou que, na última reunião do Conselho Municipal de Educação, foi abordada a questão da toxicodependência nos jovens. Informou que a Câmara Municipal, no âmbito do trabalho da Rede Social, teve conhecimento da realização de um diagnóstico realizado pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT), contendo dados referentes ao Concelho. Para a prestação de explicações sobre o mesmo, deu a palavra ao Doutor Nuno Cotralha. -----

-- O Doutor Nuno Cotralha, director clínico do Centro de Respostas Integradas da Região Oeste, explicou que estes dados foram divulgados a pedido da Câmara Municipal, mediante contacto realizado junto do IDT. Manifestou a sua disponibilidade para colaborar na concretização de projectos no âmbito da sua competência e, seguidamente, apresentou a Doutora Fernanda Feijão e a Doutora Elisa Ferreira, responsáveis pelo inquérito em meio escolar realizado a nível nacional, durante o ano de dois mil e seis. -----

-- A Doutora Fernanda Feijão e a Doutora Elisa Ferreira explicaram que foram inquiridos setenta e cinco mil alunos, dos quais oitocentos e sessenta do Concelho de Mafra. Os dados resultantes deste inquérito, com uma margem de erro de três a quatro por cento, serão publicados até ao período do Verão, abordando não só a questão do consumo, avaliada em termos de prevalência e frequência, mas também aspectos psicológicos, ligados à família e à escola. Em termos globais, constatou-se uma diminuição dos consumos a nível nacional, ou seja, são muito poucos os alunos que consomem frequentemente estupefacientes. Quanto aos dados apurados para o Concelho de Mafra, verificou-se que estes estão em consonância com o contexto em que está inserido, apresentando valores ligeiramente inferiores ao Concelho de Torres Vedras. Em seguida, apresentaram os gráficos que ilustram estes valores. Concluíram que, embora os dados do Concelho de Mafra não sejam preocupantes, as entidades locais devem estar atentas e investir na prevenção e no controlo. -----

-- Interveio a Doutora Margarida Branco, congratulando-se com o facto dos níveis de consumo do Concelho de Mafra se encontrarem dentro da média, próximos dos valores do Concelho de Torres Vedras, que apresenta uma realidade socioeconómica semelhante. No entanto, alertou que a informação agora transmitida diz respeito ao ano de dois mil e seis e que, pela sua avaliação empírica, considera existir um aumento do tráfico e do consumo de estupefacientes junto à entrada da Escola Secundária José Saramago - Mafra. Informou que esta situação foi comunicada ao programa "Escola Segura" da Guarda Nacional Republicana (GNR). Em seguida, solicitou a colaboração dos membros no Conselho Municipal da Educação na resolução deste problema. -----

-- O Senhor Cabo Loureiro confirmou a existência de situações de tráfico de droga e enumerou exemplos. Revelou que tal é difícil de controlar porque, apesar das detenções realizadas pela GNR, logo surgem outros fornecedores. Referiu, ainda, que os alunos podem colaborar na identificação destes casos, informando a direcção da escola, ainda que de forma anónima. Por último, informou que a GNR está a realizar um conjunto de acções de prevenção primária nos estabelecimentos de ensino, tendo recebido solicitações para que fossem extensíveis aos alunos do terceiro e quarto anos de escolaridade. Assim, solicitou a colaboração do IDT ao nível da formação dos militares. ----

-- Em resposta, o Doutor Nuno Cotralha mostrou-se sensível ao pedido de apoio formulado pelo Cabo Loureiro, disponibilizando-se para efectuar a marcação de uma reunião. Informou que não dispõe de recursos humanos em número suficiente para a realização de acções em todos os estabelecimentos de ensino, mas que pode ser ministrada formação aos militares da GNR. Finalmente, afirmou ainda que, pela sua experiência profissional, as situações de denúncias pelos pares são muito complexas e podem ter consequências muito negativas nas relações entre os alunos. -----

-- Novamente no uso da palavra, o Cabo Loureiro informou que os militares da GNR estão receptivos a deslocar-se até às instalações da IDT para receber a mencionada formação, esclarecendo ainda que os conhecimentos de que dispõem se centram, sobretudo, na identificação dos estupefacientes e não na sensibilização das crianças e jovens. Em seguida, questionou o Senhor Ricardo Batista, a fim de saber a sua opinião sobre as acções de formação que têm vindo a ser realizadas pela GNR. -----

-- O Senhor Ricardo Batista respondeu que considera que estas acções são positivas. Referiu ainda que tem conhecimento de situações de consumo de drogas na escola, embora leves, e do aumento do consumo de álcool. Esclareceu que o tráfico de drogas é realizado por pessoas que não são alunos da escola. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Vice-Presidente informou que, para minimizar estas situações, a intervenção deve ser imediata, rápida e discreta. -----

-- Interveio o Doutor Jorge Barreiros, enumerando outras situações de tráfico que são do seu conhecimento. Acrescentou que, na sua opinião, a GNR deve reforçar a sua vigilância nas áreas envolventes aos estabelecimentos de ensino. -----

-- Sobre este assunto, a Doutora Isabel Zagalo informou que, no âmbito da segurança promovida pelo Ministério da Educação, as imediações das escolas também são objecto de vigilância. -----

-- O Senhor Cabo Loureiro acrescentou que, justamente porque foi aumentada a vigilância na envolvente do estabelecimento de ensino, é que surgiram novos locais de tráfico. -----

-- No uso da palavra, a Doutora Margarida Branco informou que as situações que enumerou anteriormente chegaram ao seu conhecimento durante o dia de ontem. Esclareceu ainda que estas são transmitidas por terceiros, pelo que as mesmas não podem ser registadas na plataforma de segurança. -----

-- Interveio o Senhor José Quintã referindo que, no caso concreto do consumo de álcool, deve ser verificado se os estabelecimentos de ensino junto à escola estão a respeitar a lei. Caso contrário, as autoridades podem actuar. -----

-- O Doutor Rui Rocha alertou que a informação agora transmitida pelos membros do Conselho Municipal da Educação diz respeito a situações pontuais e que, para uma melhor avaliação, deveria ser realizado um estudo. Referiu ainda que, na sua opinião, dar publicidade a estes casos é valorizá-los e que a informação mal transmitida é sempre catastrófica. Assim, considerou que estes assuntos deveriam ser abordados nos locais próprios e que, enquanto não fosse apresentada informação mais detalhada, o Conselho Municipal de Educação não deveria discuti-los. Finalmente, disse que considera que pedir a colaboração dos pares não é a melhor solução, pois pode contribuir para a generalização dos conflitos. -----

-- O Senhor Vice-Presidente reforçou que, aquando da sua última intervenção, sublinhou a necessidade de promover uma actuação eficaz, sustentada e discreta. Acrescentou, ainda, que se deve evitar que este assunto seja publicitado negativamente, alarmando a comunidade e condicionando a intervenção das várias entidades. -----

-- No uso da palavra, a Doutora Filomena Simão alertou para as repercussões que a droga tem na saúde dos jovens. Disponibilizou-se para colaborar no desenvolvimento de um programa de acções, baseado sobretudo na prevenção, que congregue as entidades locais, nomeadamente a Câmara Municipal, o Centro de Saúde, a GNR, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e os próprios Agrupamentos de Escolas. -----

-- O Senhor José Quintã afirmou ficar surpreendido pelos apelos formulados à contenção, pois considera que é justamente no Conselho Municipal de Educação que estas matérias devem ser discutidas. -----

-- O Senhor Vice-Presidente esclareceu que não disse que estes assuntos não deveriam ser abordados no Conselho Municipal de Educação. Antes, frisou que os mesmos devem ser tratados com cuidado e discrição, sem extravasar as portas deste Conselho. -----

-- O Senhor Doutor Rui Rocha esclareceu que, também ele, não pretendeu condicionar a discussão deste assunto, tanto mais que foi o próprio quem, na última reunião, propôs a sua introdução na ordem de trabalhos. No entanto, salientou que considera que esta discussão deve estar suportada em números, porque podem estar a sobredimensionar casos pontuais. -----

-- A Doutora Margarida Branco disse compreender que o Doutor Rui Rocha alegue não dispor de dados palpáveis. No entanto, esclareceu que enumerou nesta reunião casos concretos, que chegaram ao seu conhecimento. -----

-- A Doutora Isabel Zagalo informou que estas informações vão ser tratadas no sítio certo. -----

-- O Senhor José Quintã disse que, se aguardarmos pelos últimos dados, então não é possível agir.

-- Interveio a Doutora Fernanda Feijão, salientando que o conhecimento da realidade próxima é premente. Os casos aqui enumerados referem-se a situações de consumo, pelo que não se pode confundir a estratégia de prevenção com a estratégia de dissuasão. -----

-- O Senhor Vice-Presidente disse que, a partir desta discussão, ficou claro que cada uma das partes vai tomar as suas providências, trabalhando em conjunto. -----

-- O Doutor Rui Rocha solicitou que, na próxima reunião, as partes pudessem apresentar o produto do seu trabalho. -----

-- Tomou a palavra a Senhora Dona Cesaltina Oliveira, sublinhando que os pais e encarregados de educação também têm de estar sensibilizados e formados para a questão da toxicod dependência. Assim, convidou o Centro de Saúde de Mafra e a "Escola Segura" da GNR a programar acções de formação dirigidas aos encarregados de educação. -----

-- Não havendo mais intervenções sobre este assunto, o Senhor Vice-Presidente introduziu o período de antes da ordem do dia. -----

-- Interveio o Senhor Cabo Loureiro, explicando que a GNR pretende fardar as crianças das escolas básicas do primeiro ciclo e convidá-las a participar em acções de sensibilização, informando os automobilistas sobre as regras de trânsito e procedendo à distribuição de um folheto. Assim, solicitou a colaboração da Câmara Municipal de Mafra na produção destes folhetos. -----

-- O Senhor Vice-Presidente afirmou concordar com o projecto e solicitou que esta colaboração fosse articulada directamente com o Departamento Sociocultural. -----

-- Tomou a palavra o Senhor José Quintã, propondo que a convocação das reuniões do Conselho Municipal de Mafra e o envio da documentação fossem realizados por correio electrónico. Solicitou ainda que os documentos que servem de suporte às apresentações efectuadas por videoprojector pudessem ser enviados previamente, também por e-mail. -----

-- O Senhor Rui Rocha disse concordar que a convocatória seja feita por correio electrónico. Porém, considera que os documentos devem ser entregues em formato papel para facilitar a sua leitura.

-- Dirigindo-se à Doutora Isabel Zagalo, o Doutor Jorge Barreiros manifestou a sua preocupação relativamente ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular (AEC). Esclareceu que a Autarquia, bem como os Agrupamentos de Escolas, têm-se empenhado para garantir o adequado funcionamento destas actividades. No entanto, apesar do princípio que presidiu à organização das AEC ser de louvar, a sua aplicabilidade no terreno é muito difícil, preocupação que partilham com as associações de pais e encarregados de educação. Referiu-se, nomeadamente, às dificuldades no recrutamento de professores com as habilitações exigidas, apesar da flexibilização do horário – situação que tem introduzido perturbações adicionais na articulação destas actividades, que têm um pendor lúdico-cultural, com a componente lectiva. Pese embora esta solução, os horários continuam a não ser aliciantes, pelo que, infelizmente, os professores das AEC acabam por ser profissionais que, além de mal pagos, têm pouca experiência e, logo que podem, saem do sistema. Assim, considera que seria necessário um modelo de contratação semelhante ao dos professores do ensino regular, de modo a garantir um ensino qualificado. -----

-- A Doutora Isabel Zagalo disse ter conhecimento da colaboração realizada entre a Câmara Municipal e os Agrupamentos de Escolas e das dificuldades sentidas, pelo que compreende a preocupação manifestada. Porém, informou que não se prevê a publicação de nova legislação neste âmbito, embora este seja um assunto que ultrapassa a própria Direcção Regional de Educação. Assim, afirmou que a solução passa por continuar a trabalhar com o actual quadro legal. -----

-- Novamente no uso da palavra, o Doutor Jorge Barreiros salientou que o despacho do Ministério de Educação coloca, por ordem, as entidades que devem promover as AEC, estando os Agrupamentos de Escolas em último lugar. Porém, independentemente de quem seja a entidade promotora, considera que se os horários fossem completados com os professores existentes nos Agrupamentos de Escolas

tudo seria mais facilitado. Caso não se verifiquem alterações, entende que, no próximo ano lectivo, as AEC terão de ficar subordinadas a apenas uma ou duas actividades consideradas prioritárias, não se cumprindo o primado que presidiu à criação deste programa: a escola a tempo inteiro. -----

-- A Doutora Isabel Zagalo concordou com o exposto e prontificou-se a transmitir estas preocupações. Acrescentou que a actual legislação não contempla a solução apontada, mas sublinhou que esta não impede que sejam os Agrupamentos de Escolas as entidades promotoras das AEC. -----

-- Tomou a palavra o Doutor Rui Rocha para dizer que as associações de pais e encarregados de educação promoveram um abaixo-assinado, a fim de evidenciar o que estava mal nas AEC. Na sua opinião, as dificuldades na contratação do pessoal docente advêm do facto dos horários terem apenas dez ou doze horas semanais, o que não foi alterado pela flexibilização de horário (solução que os pais e encarregados de educação aceitaram, mas que não concordam, pois partilham da opinião dos professores-titulares, que afirmam que esta não é produtiva). Perante este cenário, não entende porque é que os Agrupamentos de Escolas não reajustaram imediatamente os seus horários, permitindo aumentar o número de horas prestadas semanalmente por cada docente das AEC e, consequentemente, diminuir a bolsa de professores, o que atenuaria os problemas verificados na contratação e certamente contribuiria para que o programa tivesse decorrido de outra forma durante o presente ano lectivo. Acrescentou que só agora, através das palavras do Doutor Jorge Barreiros e apesar de todas as preocupações manifestadas pela Câmara Municipal e pelas associações de pais, ficou a saber qual a opinião dos Directores dos Agrupamentos de Escolas neste processo, pelo que se congratula com o facto. Disse ainda que concorda plenamente que sejam os Agrupamentos de Escolas a assumir a organização das AEC e que estas se tornem obrigatórias, já que se assume que a flexibilização do horário é a única solução possível. Porém, lamentou que nenhum Agrupamento de Escolas da Área Metropolitana de Lisboa tenha apresentado uma proposta de programa para organização destas actividades. Por último, dirigindo-se à Doutora Isabel Zagalo, solicitou que transmitisse à Direcção Regional de Educação as seguintes propostas: permitir a existência de horários coadjuvados por parte dos docentes e possibilitar aos Agrupamentos de Escolas a contratação de professores para as AEC que integrem os seus quadros de pessoal. -----

-- A Doutora Isabel Zagalo reforçou que é com este despacho que os parceiros têm de trabalhar e esclareceu que a supervisão das AEC compete aos Agrupamentos de Escola, que assim efectuem o seu acompanhamento. -----

-- Tomou a palavra o Doutor Jorge Barreiros para afirmar que, pelas palavras proferidas pelo representante das Associações de Pais, os Directores dos Agrupamentos de Escolas parecem ser os «maus da fita», quando tal não corresponde à verdade. Esclareceu que os horários são elaborados em colaboração com a Câmara Municipal e que há um diálogo com as famílias. Acrescentou ainda que, no Agrupamento de Escolas que dirige, nunca se verificou nenhum comportamento exacerbado por parte das associações de pais e encarregados de educação. No entanto, agora deparou-se com um abaixo-assinado que foi directamente entregue na Direcção Regional de Educação, o que revela que a parceria com as associações de pais e encarregados de educação não funciona. Esclareceu que os Agrupamentos de Escolas estão a desempenhar tranquila e empenhadamente as suas funções, pelo que o que se pretende é que, de acordo com os relatórios

existentes, seja efectuada uma avaliação do sistema para desenvolver soluções. Concluindo, afirmou que este clima de agressividade não vai permitir que o programa funcione devidamente. --

-- De novo no uso da palavra, o Doutor Rui Rocha afirmou que não pretendeu dizer mal dos Agrupamentos de Escolas. Sustentou que se as associações de pais e encarregados de educação realizaram um abaixo-assinado é porque consideraram que tal deveria ser feito. Disse ainda que reconhecem o esforço efectuado pelos próprios professores-titulares. Todavia, considera que as escolas precisam de aceitar melhor a crítica, para mais porque foi formulada uma crítica construtiva e apresentada uma solução para atenuar os problemas. -----

-- O Senhor Vice-Presidente solicitou à Doutora Paula Cordas que efectuasse um ponto de situação sobre este assunto. -----

-- A Doutora Paula Cordas explicou que este é o quarto ano em que a Câmara Municipal promove as AEC, tendo-se verificado, novamente, a necessidade de proceder à flexibilização do horário. Considerando as mencionadas dificuldades na contratação dos docentes, referiu que, atendendo a que as AEC têm essencialmente um pendor lúdico, o despacho poderia permitir a realização de outras actividades, sem penalizações financeiras. Sugeriu, inclusivamente, que o programa das AEC pudesse ser definido pelos Agrupamentos de Escolas, em função das zonas geográficas. -----

-- Interveio a Educadora Belmira Oliveira, referindo que os Agrupamentos de Escolas não conseguirão organizar as AEC sem proceder à flexibilização de horário, a menos que seja possível completar os seus horários com outras actividades da componente lectiva. -----

-- No uso da palavra, a Doutora Paula Cordas salientou que os professores-titulares não concordam, na sua maioria, com a flexibilização dos horários. -----

-- A Educadora Belmira Oliveira explicou que esta flexibilização perturba o ritmo lectivo. -----

-- Ainda sobre este assunto, o Doutor Rui Rocha asseverou que os pais e encarregados de educação são pessoas compreensivas. Logo, se os professores-titulares passaram esta ideia sobre a flexibilização de horário, estes aceitaram. Na sua opinião, deveria ser organizado um fórum para explicar esta questão, uma vez que considera que a mensagem não pode ser passada a duas vozes: de um lado, os directores dos agrupamentos; do outro, os professores-titulares. ---

-- Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, o Senhor Vice-Presidente propôs que, para temas específicos, fossem agendadas reuniões sectoriais do Conselho Municipal de Educação, colocando esta proposta à apreciação dos membros na próxima reunião. Em seguida, introduziu o ponto número dois da ordem do dia, referente à votação da acta número vinte e um. -----

-- Interveio o Doutor Rui Rocha, solicitando uma clarificação ao conteúdo da sua intervenção transcrita na página seis da acta. Assim, propõe que se acrescente: "Com a flexibilização de horário, estas actividades tornam-se obrigatórias, na medida em que é de todo impossível para as suas famílias ir buscar os seus educandos". -----

-- O Senhor José Quintã solicitou que, sempre que o próprio é referido no texto da acta, fossem retiradas todas as referências ao título académico de "Engenheiro". -----

-- O Doutor Jorge Barreiros formulou a seguinte correcção: na página quatro, no excerto referente à sua intervenção, deve ser ler-se "Salientou que este estabelecimento de ensino tem um horário

alargado até às dezoito horas e quinze minutos” e não “Salientou que este estabelecimento de ensino tem um horário alargado até às dezoito horas”. -----

-- O Senhor Vice-Presidente concordou com as propostas apresentadas e colocou a acta à votação, tendo esta sido aprovada por maioria, com duas abstenções da Doutora Susana Viana e do Senhor Ricardo Batista. Passou, então, ao ponto três da ordem do dia, denominado “Apresentação do Plano de Intervenção da Câmara Municipal, no âmbito da Educação”, dando a palavra à Doutora Paula Cordas. -----

-- A Doutora Paula Cordas focou os principais projectos que compõem este plano, cujo documento foi previamente distribuído a todos os membros do Conselho Municipal da Educação. Como nota adicional, informou que a Câmara Municipal vai proceder à colocação de quadros interactivos e de rede *wireless* em todas as escolas básicas do primeiro ciclo. Disse ainda que a autarquia pretende desenvolver um projecto-piloto, em colaboração com os Agrupamentos de Escolas, para promoção da utilização do computador “Magalhães” e das salas de informática enquanto ferramentas pedagógicas. Para o efeito, com o apoio da Microsoft, serão organizadas acções de formação dirigidas aos docentes.

-- O Doutor Rui Rocha felicitou a Câmara Municipal pela elaboração deste documento. Questionou, todavia, a afirmação efectuada na página quarenta e três, na qual consta que as associações de pais têm assento nas reuniões do Conselho Geral. Afirmou que tal não está correcto, pois estes representantes podem não ser membros das direcções das associações de pais, ao que a Doutora Paula Cordas explicou que não está em causa o facto de pertencer à direcção, mas sim ser associado.

-- Referindo-se à afirmação de que a Câmara Municipal celebrou um protocolo com as Juntas de Freguesia para assegurar a manutenção dos edifícios do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, constante da página vinte e quatro do documento, o Senhor José Quintã sustentou que a mesma não está correcta. -----

-- Sobre este assunto, a Doutora Paula Cordas explicou que este documento foi elaborado no princípio do ano lectivo, pelo que tal estava correcto naquela data. Informou que a correcção já foi enviada aos Agrupamentos de Escolas. -----

-- Não havendo mais intervenções, o Conselho Municipal de Educação tomou conhecimento do “Plano de Intervenção da Câmara Municipal, no âmbito da Educação”. -----

-- Em seguida, o Senhor Vice-Presidente introduziu o ponto quatro da ordem de trabalhos, referente à Acção Social Escolar para o ano lectivo dois mil e dez/ dois mil e onze. Não se verificando intervenções, colocou a proposta a votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade. -----

-- Nada mais havendo a tratar, a reunião do Conselho Municipal de Educação de Mafra foi dada por encerrada quando passavam trinta minutos das treze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----